

CARGO: CONTADOR

PROVA 1

PERÍODO TARDE

CONCURSO PÚBLICO 001/2018 CÂMARA MUNICIPAL DE GODOY MOREIRA

Atenção: Leia todas as instruções constantes no seu Caderno de Questões e Folha de Respostas.

É de responsabilidade do candidato assinalar na sua Folha de Resposta o número de seu Caderno de Questões (Prova 01, Prova 02 ou Prova 03). O não preenchimento acarretará a anulação da sua prova.

1. Seu caderno deve conter 30 (trinta) questões, com 05 (cinco) alternativas, assim dispostas:

Disciplina	Composição
Língua Portuguesa	1 a 5
Informática Básica	6 a 10
Conhecimentos Específicos	11 a 30

2. A Prova terá duração de 3h (três horas), incluindo preenchimento da Folha de Respostas.
3. Após sua identificação, você deverá permanecer dentro da sala, sendo permitida a saída somente após 30min (trinta minutos) do início da prova.
4. Para uso do sanitário, deverá solicitar ao Fiscal de Sala e só deverá se levantar após autorização.
5. Ao deixar o local definitivamente, não poderá utilizar o sanitário dos candidatos que ainda estão realizando prova, e só poderá levar o Caderno de Questões nos 30min restantes.
6. Enquanto estiver realizando a Prova é proibido utilizar materiais de consulta, livros, apostilas, calculadoras, régua, e quaisquer equipamentos eletrônicos, chapéus, bonés, e/ou similares conforme constante no edital de abertura.
7. Sobre sua carteira deverá permanecer somente documento oficial original com foto, caneta de tinta azul ou preta, Caderno de Questões e Folha de Respostas.
8. Você poderá utilizar seu Caderno de Questões para rascunho.
9. Você receberá do Fiscal de Sala a Folha de Respostas Definitiva. Confira seus dados e em caso de erro, chame o fiscal. Após conferir, assine no campo destinado. Em hipótese alguma ela será substituída caso o candidato dobre, amasse, rasgue ou molhe. Cuidado, pois esse será o único documento válido para correção.
10. Caso algum equipamento eletrônico emita som, o candidato portador do equipamento será automaticamente eliminado do concurso.
11. Transcreva suas respostas para Folha de Respostas com caneta de tinta azul ou preta. Verifique na Folha de Respostas a forma correta de preenchimento.
12. Questões com mais de uma alternativa assinalada, rasurada ou em branco serão anuladas.
13. Após terminar sua Prova avise o Fiscal, pois ele autorizará a entrega da sua Folha de Respostas e Caderno de Questões, se for o caso.
14. Caso algum candidato seja flagrado na tentativa de fraude, esse será automaticamente eliminado do Concurso, ainda sujeito a processo civil ou criminal.
15. Qualquer questionamento ou dúvidas devem ser feitas em voz alta ao fiscal.
16. Os 03 (três) últimos candidatos deverão sair juntos da sala, após a conferência e lacre do material da sala.
17. Aguarde a autorização do Fiscal para iniciar sua Prova.



-----DESTAQUE AQUI-----

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30

Língua Portuguesa

Leia o texto para responder as questões de 1 a 5.

Acesso ao ensino superior
Por Mozart Neves

O maior objeto de desejo para a larga maioria dos jovens é obter um diploma universitário, não só pelo status social que isso traz, mas também porque representa maiores oportunidades de emprego qualificado no mundo do trabalho. Estudos do economista Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas/RJ, mostram que, para cada ano de estudo, há um impacto médio de 12% na renda do trabalhador. Mas, se essa pessoa tem ensino superior, o impacto é de 36%. Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) apontam que, no período de janeiro a maio do ano passado, havia menos 102.483 vagas voltadas para trabalhadores com ensino fundamental completo ou incompleto – ou seja, os postos de trabalho “encolheram” para aqueles com menos instrução; por outro lado, para trabalhadores com ensino médio e/ou ensino superior, mesmo que incompleto, o saldo foi positivo, com 85 mil novas vagas disponíveis!

Na perspectiva do aumento da produtividade de uma nação, o impacto mais significativo ocorre a partir dos onze anos de escolaridade. Ou seja, o impacto médio dos anos associados ao ensino superior na produtividade do trabalho é de 25%.

Apesar do reconhecimento do valor do ensino superior, o percentual de jovens de 18 a 24 anos (faixa etária esperada para cursá-lo) com acesso a ele ainda é muito baixo no Brasil, não obstante o crescimento verificado na última década. Atualmente, para cada 100 jovens nessa faixa etária, apenas 18 estão no ensino superior, número bem inferior aos verificados em países vizinhos, como Argentina, Chile e Uruguai.

Para acelerar esse crescimento, a Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE), que se encerra em 2024, se refere especificamente à expansão do ensino superior no Brasil. De acordo com ela, pretende-se chegar a um percentual de 33% de jovens de 18 a 24 anos nesse nível de ensino. Se considerarmos o crescimento verificado nos últimos cinco anos (2011 a 2015), o país não alcançará essa meta, que já foi a mesma colocada no PNE anterior, de 2001 a 2010.

Contribuem para isso pelo menos dois importantes fatores: o crescimento do número de desempregados jovens e a redução do financiamento público de estudos nas instituições particulares de ensino superior via Fies – importante instrumento de financiamento do ensino superior para jovens de baixa renda, que, no entanto, atende apenas a uma pequena parte do contingente jovem nessa situação.

Adicionalmente, e não menos relevante, há outro fator que, se não resolvido, será o impeditivo determinante para o alcance dessa meta do ponto de vista não do ingresso na universidade, mas da permanência e da conclusão dos estudos: a baixa qualidade da educação básica em nosso país. Muitos jovens até conseguem entrar na universidade, mas não alcançam o êxito esperado, em função dos significativos déficits de aprendizagem que trazem consigo. Por exemplo, de cada 100 alunos que concluem o ensino médio – e que estariam a priori aptos a tentar uma vaga na universidade –, apenas sete aprenderam o que seria esperado em matemática; em língua portuguesa, esse número é um pouco maior – 28, mas nada animador.

Portanto, para que o sonho do acesso ao ensino superior se realize, é preciso fazer dois grandes movimentos:

melhorar a qualidade da educação básica e ampliar as fontes de financiamento para os jovens de baixa renda. Isso requer que o país, de fato, priorize a educação e a veja como o novo nome do desenvolvimento, como diz o movimento Santa Catarina pela Educação. Se para alguns isso pode parecer custo, para outros significa investimento. Como diz Derek Bok, ex-presidente da Universidade de Harvard: se você acha a educação cara, experimente a ignorância.

Disponível em <https://istoe.com.br/acesso-ao-ensino-superior/>

- O texto apresenta dados e estatísticas como uma forma de**
 - provar o que está sendo dito.
 - chocar o leitor.
 - fazer com que o leitor faça cálculos.
 - mostrar a realidade.
 - questionar o acesso ao ensino superior.
- No título do texto, o vocábulo “acesso” é classificado como**
 - adjetivo.
 - verbo.
 - substantivo.
 - artigo.
 - pronomes.
- Assinale a alternativa que apresenta um verbo conjugado no Presente do Indicativo. (Os verbos estão grifados no texto).**
 - experimente (7º parágrafo).
 - estariam (6º parágrafo).
 - será (6º parágrafo).
 - representa (1º parágrafo).
 - alcançará (4º parágrafo).
- Análise a seguinte frase: “o percentual de jovens de 18 a 24 anos (faixa etária esperada para cursá-lo) com acesso a ele ainda é muito baixo no Brasil”. O sujeito dessa frase é**
 - indeterminado.
 - oculto.
 - simples.
 - composto.
 - determinado.
- O pronomes “isso”, sublinhado no último parágrafo, retoma**
 - o sonho do acesso ao ensino superior.
 - os investimentos na educação.
 - as melhorias a serem feitas.
 - a qualidade da educação.
 - as fontes de financiamento para os jovens de baixa renda.

Conhecimentos Gerais

6. **O ex presidente da república, Luís Inácio Lula da Silva, está preso desde abril deste ano em Curitiba. O processo foi iniciado em 2016 pelo juiz Sérgio Moro. A condenação e a pena foram estipulados a partir da constatação dos seguintes crimes:**
- a) Posse de carros comprados com dinheiro público e formação de quadrilha.
 - b) Corrupção e lavagem de dinheiro.
 - c) Uso de dinheiro público para a compra de um sítio.
 - d) Participação ilegal em ações nas empresas Odebrecht e OAS.
 - e) Fraudes em licitações para a compra de diversos equipamentos de tecnologia usados no Senado e Congresso.
7. **No dia 27 de abril deste ano, jornais do mundo inteiro noticiaram um encontro histórico entre os líderes das duas Coreias. Neste encontro, os líderes fizeram um comunicado conjunto ao mundo, informando que realizarão diversas ações para eliminar as hostilidades na península existentes desde a guerra ocorrida entre os anos de 1950 e 1953. O principal compromisso assumido foi**
- a) assinar um armistício.
 - b) manter as fronteiras bem vigiadas para conter o avanço russo.
 - c) assinar um acordo de paz.
 - d) evitar que o Japão, em plena expansão territorial, assumira o controle da região.
 - e) eliminar a presença vietnamita na região, o que vem comprometendo os recursos energéticos e alimentos.
8. **Segundo o site da Prefeitura Municipal de Godoy Moreira, em março desse ano, a cidade recebeu a visita da Capitania Fluvial da Marinha do Brasil. O objetivo da visita foi**
- a) vistoriar a balsa que estava interditada para atestar o cumprimento das exigências feitas anteriormente.
 - b) consultar a população sobre a construção de uma barragem para a produção de energia hidrelétrica na região.
 - c) elaborar as metas fiscais para o ano de 2018. Essas metas devem priorizar a construção de uma nova balsa, em outro lugar.
 - d) estudar o IDH do município e estipular metas para melhorá-lo.
 - e) convidar os jovens da cidade para participar da marinha e de cursos técnicos oferecidos por esta instituição.
9. **O jornal Folha de São Paulo noticiou no dia 10 de maio desse ano a postagem de um documento nas redes sociais pelo professor e pesquisador da FGV, Matias Spektor, documento este liberado pelo governo dos Estados Unidos sobre o período da ditadura no Brasil, e decisões tomadas pelo então presidente, Ernesto Geisel. O ex-ministro da justiça José Carlos Dias, que já coordenou trabalhos na comissão da verdade, quer que a comissão se reúna já na próxima semana e, com base nessas novas informações veiculadas, promovam debates e uma revisão da Lei**
- a) da liberdade incondicional.
 - b) dos direitos humanos.
 - c) da justiça e igualdade.

- d) da ditadura e prisões autoritárias.
 - e) da anistia.
10. **No dia oito de maio, o presidente estadunidense Donald Trump assinou um decreto extremamente grave para a diplomacia internacional relacionada à política nuclear e acordos assinados sobre o assunto entre vários países. Com esse decreto**
- a) ele oficializou que vai iniciar uma guerra contra a Rússia.
 - b) determinou a retirada de sanções comerciais contra a Coreia do Sul.
 - c) estabeleceu um acordo de paz definitivo com o Japão sobre a posse do Hawái, que era tema de conflito entre as duas nações desde a Segunda Guerra Mundial.
 - d) estipulou as diretrizes para a invasão de Cuba pelo exército americano em agosto deste ano.
 - e) retirou o país do Acordo Nuclear com o Irã e retomou as diversas sanções contra aquele país.

Conhecimentos Específicos

11. **A respeito das licitações, nos termos do disposto na Lei nº 8666/93, é incorreto afirmar que**
- a) as obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.
 - b) a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.
 - c) a licitação não será sigilosa, sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.
 - d) os editais de licitação para a contratação de bens, serviços e obras não poderão exigir que o contratado promova, em favor de órgão ou entidade integrante da administração pública ou daqueles por ela indicados a partir de processo isonômico, medidas de compensação comercial, industrial, tecnológica ou acesso a condições vantajosas de financiamento, cumulativamente ou não.
 - e) em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos no País.

12. Com relação a modalidade de licitação PREGÃO, assinale a alternativa correta.

- a) Consideram-se bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.
- b) No curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 20% (vinte por cento) superiores àquela, poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.
- c) Declarado o vencedor, não há possibilidade de apresentação de recurso pelos outros licitantes.
- d) É plenamente possível que a administração exija garantia da proposta bem como pagamento de eventuais taxas e emolumentos.
- e) O prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 5 (cinco) dias úteis.

13. A Lei Complementar 123/2006 instituiu o Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Tendo em vista referida legislação, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) para o que se afirma e assinale a alternativa com a sequência correta.

- () Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que: o caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e o caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).
 - () O enquadramento do empresário ou da sociedade simples ou empresária como microempresa ou empresa de pequeno porte bem como o seu desenquadramento poderão implicar denúncia ou qualquer restrição em relação a contratos por elas anteriormente firmados.
 - () Poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica que participe do capital de outra pessoa jurídica.
 - () Para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, poderão ser auferidas receitas no mercado interno até o limite previsto no inciso II do caput ou no § 2º, conforme o caso e, adicionalmente, receitas decorrentes da exportação de mercadorias ou serviços, inclusive quando realizada por meio de comercial exportadora ou da sociedade de propósito específico prevista no art. 56 desta Lei Complementar, desde que as receitas de exportação também não excedam os referidos limites de receita bruta anual.
- a) V – V – F – V.
 - b) V – F – F – V.
 - c) F – F – F – V.
 - d) V – V – V – V.
 - e) F – V – F – V.

14. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa incorreta.

- a) A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidadas e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.
- b) É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.
- c) Integrarão as despesas da União e serão incluídas na Lei Orçamentária, as do Banco Central do Brasil relativas a pessoal e encargos sociais, custeio administrativo, inclusive os destinados a benefícios e assistência aos servidores, e a investimentos.
- d) Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.
- e) Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, desconsiderando-se adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

15. Assinale a alternativa correta, segundo o Código de Ética profissional do contador.

- a) É permitido ao profissional da contabilidade valer-se de agenciador de serviços, mediante participação desse nos honorários a receber.
- b) O Profissional da Contabilidade poderá transferir parcialmente a execução dos serviços a seu cargo a outro profissional, mantendo sempre como sua a responsabilidade técnica.
- c) O Contador, quando perito, assistente técnico, auditor ou árbitro, deverá expender argumentos ou dar a conhecer sua convicção pessoal sobre os direitos de quaisquer das partes interessadas, ou da justiça da causa em que estiver servindo.
- d) O Profissional da Contabilidade poderá transferir o contrato de serviços a seu cargo a outro profissional, mesmo sem anuência do cliente, sempre por escrito, de acordo com as normas expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.
- e) Pode o Contador assinar documentos ou peças contábeis elaborados por outrem, alheio à sua orientação, supervisão e fiscalização.

16. Com relação ao regime constitucional da Administração Pública, assinale a alternativa incorreta.

- a) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- b) Investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, respeitada a ordem de classificação, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão.
- c) O prazo improrrogável de validade do concurso público será de até dois anos.
- d) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- e) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados, para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

17. Nos termos da Constituição do Estado do Paraná, assinale a alternativa correta.

- a) Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize sua inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.
- b) O Estado não poderá celebrar convênio com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para dispor sobre matérias tributárias.
- c) A Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação de despesa, incluindo-se na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
- d) É permitida a concessão ou utilização de créditos ilimitados.
- e) Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, mesmo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses do exercício.

18. Segundo a Lei nº 4.320/64, assinale a alternativa correta.

- a) A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, exceto as de operações de crédito autorizadas em lei.
- b) Tributo é a receita derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinado-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.
- c) São Receitas de Capital as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.
- d) A Lei de Orçamento consignará auxílio para investimentos que se devam incorporar ao patrimônio das empresas privadas de fins lucrativos.
- e) Se admitirão emendas ao projeto de Lei de Orçamento que visem alterar a dotação solicitada para despesa de custeio.

19. De acordo com a Lei Federal nº 4.320/64, assinale a alternativa incorreta.

- a) O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.
- b) O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação independa de autorização legislativa.
- c) O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros, cujo pagamento independa de autorização orçamentária.
- d) O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.
- e) Constará da proposta orçamentária, para cada unidade administrativa, descrição sucinta de suas principais finalidades, com indicação da respectiva legislação.

20. O consórcio público deverá prestar as informações necessárias para subsidiar a elaboração das leis orçamentárias anuais dos entes consorciados

- a) pelo menos 30 (trinta) dias antes do menor prazo para encaminhamento dos respectivos projetos de lei ao Poder Legislativo.
- b) pelo menos 60 (sessenta) dias antes do menor prazo para encaminhamento dos respectivos projetos de lei ao Poder Legislativo.
- c) pelo menos 90 (noventa) dias antes do menor prazo para encaminhamento dos respectivos projetos de lei ao Poder Legislativo.
- d) pelo menos 120 (cento e vinte) dias antes do menor prazo para encaminhamento dos respectivos projetos de lei ao Poder Legislativo.
- e) pelo menos 150 (cento e cinquenta) dias antes do menor prazo para encaminhamento dos respectivos projetos de lei ao Poder Legislativo.

21. Com a alteração da Portaria Interministerial nº 163/2001, a partir do exercício de 2018 entrou em vigor a nova estrutura de codificação das Naturezas de Receita. Com a alteração, a estrutura da conta de receita passou a ser codificada da seguinte forma:

- a) Categoria Econômica, Origem, Espécie, Rubrica, Alínea e Subalínea.
- b) Categoria Econômica, Origem, Espécie, Desdobramento e Tipo.
- c) Categoria Econômica, Origem, Espécie, Desdobramento e Alínea.
- d) Categoria Econômica, Rubrica, Origem, Espécie, Alínea e Subalínea.
- e) Categoria Econômica, Espécie, Origem, Desdobramento e Alínea.

22. De acordo com o Art. 92 da Lei nº 4320/64, a dívida flutuante compreende, exceto

- a) os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida.
- b) os serviços da dívida a pagar.
- c) os compromissos de exigibilidade superior a 12 (doze) meses, contraídos para atender o desequilíbrio orçamentário ou financeiro de obras e serviços públicos.
- d) os débitos de tesouraria.
- e) os depósitos.

- 23. De acordo com a Lei Federal nº 4.320/64, assinale a alternativa correta.**
- a) O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas orçadas em confronto com as previstas.
 - b) O Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.
 - c) A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado nominal do exercício.
 - d) Os Restos a Pagar do exercício não serão computados na receita extra orçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.
 - e) O Balanço Financeiro demonstrará variações Patrimoniais não computadas.
- 24. Sobre a despesa pública, assinale a alternativa incorreta.**
- a) É vedada a realização de despesa sem prévio empenho.
 - b) Será feito por estimativa o empenho da despesa cujo montante não se possa determinar.
 - c) É permitido o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.
 - d) O empenho da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.
 - e) O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.
- 25. É o Sistema Integrado de Finanças Públicas do Estado do Paraná que consiste no principal instrumento a ser utilizado para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial no Estado do Paraná. Acerca do tema, assinale a alternativa incorreta.**
- a) Trata-se de sistema disponível 100% do tempo e online.
 - b) Sua implantação visa permitir o acompanhamento e a avaliação do uso dos recursos públicos de forma a proporcionar sua transparência.
 - c) Tem por finalidade integrar e compatibilizar as informações no âmbito da Administração Pública Estadual e dos Municípios.
 - d) Busca permitir que a transparência pública seja fonte segura e tempestiva de informações gerenciais destinadas a todos os níveis da Administração Pública.
 - e) Tem por objetivo padronizar métodos e rotinas de trabalho relativas à gestão dos recursos públicos, sem implicar rigidez ou restrição a essa atividade, uma vez que ele permanece sob total controle do ordenador de despesa de cada unidade gestora.
- 26. De acordo com o Art. 133 da Constituição do Estado do Paraná, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, de caráter anual, compreenderá, exceto:**
- a) as projeções das receitas e despesas para o exercício financeiro subsequente.
 - b) os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado.
 - c) os critérios para a distribuição setorial e regional dos recursos para os órgãos dos poderes do Estado.
 - d) a estimativa do montante previsto para aplicação nos encargos da dívida.
 - e) as políticas de aplicação dos agentes financeiros oficiais de fomento, apresentando o plano de prioridades das aplicações financeiras e destacando os projetos de maior relevância.
- 27. Analise as assertivas e assinale a alternativa correta. Nos termos do Art. 135 da Constituição do Estado do Paraná, em matéria orçamentária, são vedados**
- I. a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.**
 - II. a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.**
 - III. a concessão ou utilização de créditos ilimitados.**
 - IV. a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos do orçamento fiscal, para suprir necessidades ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos.**
 - V. a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.**
- a) Apenas I, II e IV estão corretas.
 - b) Apenas II, III e IV estão corretas.
 - c) Apenas II, III, IV e V estão corretas.
 - d) Apenas I, II, IV e V estão corretas.
 - e) Todas estão corretas.
- 28. Analise as assertivas e assinale a alternativa correta. O artigo 179 da Constituição do Estado do Paraná estabelece que em matéria de educação o dever do Poder Público, dentro das atribuições que lhe forem conferidas, será cumprido mediante a garantia de atendimento ao educando, no ensino pré-escolar, fundamental, médio e de educação especial, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.**
- I. assistência técnica e financeira aos Municípios para o desenvolvimento do ensino fundamental, pré-escolar e de educação especial.**
 - II. ampliação e manutenção da rede de estabelecimentos públicos de ensino fundamental e médio, independentemente da existência de escola mantida por entidade privada.**
 - III. ensino público noturno, fundamental e médio, adequado às necessidades do educando, assegurado o mesmo padrão de qualidade do ensino público diurno.**
 - IV. acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.**
- a) Apenas I, II e IV estão corretas.
 - b) Apenas II, III e IV estão corretas.
 - c) Apenas II, III, IV e V estão corretas.
 - d) Apenas I, II, IV e V estão corretas.
 - e) Todas estão corretas.

29. De acordo com a norma estadual que regulamenta o tema das licitações, esta é dispensável, permitindo a contratação direta nos seguintes casos, exceto:

- a) nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.
- b) para outros serviços e compras de valor até 20% (vinte por cento) do limite previsto, em norma nacional, para compras e serviços que não sejam de engenharia, na modalidade de convite, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.
- c) na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido.
- d) para a impressão dos diários oficiais, de formulários padronizados de uso da administração, e de edições técnicas oficiais, bem como para prestação de serviços de informática a pessoa jurídica de direito público interno, por órgãos ou entidades que integrem a Administração Pública, criados para esse fim específico.
- e) nas compras ou contratações de serviços para o abastecimento de navios, embarcações, unidades aéreas ou tropas da polícia militar estadual e corpos de bombeiros militares e seus meios de deslocamento quando em estada eventual de curta duração em portos, aeroportos ou localidades diferentes de suas sedes, no território do Estado do Paraná, por motivo de movimentação operacional ou de adestramento, quando a exiguidade dos prazos legais puder comprometer a normalidade e os propósitos das operações e desde que seu valor não exceda eventual limite previsto em lei nacional.

recursos, pelos órgãos do Sistema de Controle Interno e pelo Tribunal de Contas.

- d) Quando for descumprida, pela entidade tomadora dos recursos ou executor, qualquer cláusula ou condição prevista no ato de transferência voluntária.
- e) Quando verificado ausência de documento essencial na elaboração do plano de trabalho.

30. Sobre o tema das transferências voluntárias, o Tribunal de Conta do Estado do Paraná estabelece que as parcelas da transferência voluntária serão liberadas em estrita conformidade com o plano de trabalho aprovado, com exceção de algumas hipóteses, em que as mesmas ficarão retidas até o saneamento das impropriedades. Dentre as assertivas a seguir, qual delas não representa uma das hipóteses de retenção?

- a) Quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do ato de transferência voluntária.
- b) Quando verificado o inadimplemento do executor com relação a outras cláusulas pactuadas básicas.
- c) Quando o executor deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pela entidade concedente dos

